



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000247-40.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 1ª Vara da Comarca de Conceição da Barra/ES

JUIZ DESIGNADO: Dr. Leandro Cunha Bernardes da Silveira

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

1ª VARA DA COMARCA DE CONCEIÇÃO DA BARRA/ES

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **1ª Vara da Comarca de Conceição da Barra/ES**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 051/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 15/08/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **1ª Vara da Comarca de Conceição da Barra/ES**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correção ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

Juiz	Vínculo	Ato
Leandro Cunha Bernardes da Silveira	Designado	Ofício DM nº 278/2022 - 14/02/2022

Registra-se que o referido Magistrado responde, também, como titular da 2ª Vara da Comarca de Conceição da Barra, bem como pela Diretoria do Foro.

Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Manoel Antônio Domingos	Analista Judiciário 01 - QS - Escrivente Juramentado	Chefe de Secretaria - Ato nº 942/13 - 23/04/2013
Mirian Souza Rocha	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Marina Mantovaneli Dias	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 28/11/2022)


Servidores à disposição de outras Unidades

Servidor (a)	Cargo	Observação
Rita de Cássia Guanandy Kister	Analista Judiciário 01 - QS - Escrivente Juramentado	Lotada na 2ª Vara de Conceição da Barra

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 28/11/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **03 (três) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 1ª Vara da Comarca de Conceição da Barra/ES. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Ademais, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça¹, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 02 (dois) servidores e a lotação paradigma é de 03 (três) servidores, vejamos:

TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO										
 TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Graus do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de janeiro de 2022										
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJS										
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISIÇÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS	ASSESSOR DE JUIZ
1	H - VARA 1	1ª VARA	ES	CONCEIÇÃO DA	3	2	0	1	0	0

1 Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf . Consulta realizada em 28/11/2022.

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	745	62
Janeiro a dezembro de 2021	845	70

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 28/11/2022)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	3.843
2021	3.934

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 28/11/2022)

Acervo atual

	Novembro 2022
Total	4.143
Suspensos ou sobrestado	56
Arquivados provisoriamente	26
Tramitação ajustada	4.061

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos conclusos	1.207	898
Conclusos para sentença há mais de 100 dias	148	126
Conclusos para decisão há mais de 100 dias	21	19
Conclusos para despacho há mais de 100 dias	369	326
Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias	15	32

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 28/11/2022)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	163	167
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	8	80

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 28/11/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 28/11/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

--	--	--

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	399	583

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 28/11/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	112	19

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 28/11/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	63	94

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 28/11/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	126	155

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 28/11/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	78	201

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 28/11/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
97,3%	Meta não cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
80,5%	Meta não cumprida

Meta 4 CNJ/2021 (Improbidade Administrativa)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Percentual obtido	Resultado
-------------------	-----------

Meta 6 CNJ/2021 (Foco: Ações Coletivas)

Identificar e julgar até 31/12/2021: 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.

Percentual obtido	Resultado
50%	Meta não cumprida

Meta 12 CNJ/2021 (Foco: Ações Ambientais)

Identificar e: Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2020.

Percentual obtido	Resultado
46,2%	Meta não cumprida

(Fonte: Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA**7.1. Gabinete**

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 17/08/2022, revelou a existência de **1.207 (mil, duzentos e sete)** processos em gabinete para análise do Magistrado, havendo **553 (quinhentos e cinquenta e três)** processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 28/11/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve uma pequena redução, totalizando **898 (oitocentos e noventa e oito) processos**, contudo, destes, **503 (quinhentos e três)** processos estão conclusos há mais de 100 (cem) dias. Ou seja, 56% (cinquenta e seis por cento) do acervo concluso está com excesso de prazo de conclusão.

Diante da situação apresentada, deve o Juízo adotar, com urgência, medidas concretas voltadas ao **enfrentamento dos processos com retardo de análise**, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes, conforme orientações do CNJ.

No que se refere à designação de audiências, verifica-se que das **167 (cento e sessenta e sete)** audiências designadas, **80 (oitenta)** encontram-se acima do prazo regulamentar, algumas já provisionadas para o mês de **junho de 2023**.

Em suas informações, o MM Juiz, registrou que muitas audiências encontram-se com pauta para 2023 devido à insuficiência de dias vagos para agendamento, mesmo realizando audiências todos os dias da semana. Salientou, ainda, que determinou a realização de audiências também às segundas-feiras e reservou as sextas-feiras para designação de audiências que exijam urgência ou outras situações excepcionais.

Não obstante, diante do elevado número de audiências designadas com prazo excessivo, mostra-se necessário que o Juízo fixe como meta o prazo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade.

Por fim, observa-se que as Metas CNJ no ano de 2021 não foram cumpridas, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das **Metas Prioritárias** estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nestas.

7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correção, foi possível verificar

uma piora quanto às pendências verificadas, com exceção das petições pendentes de juntada há mais de 10 (dez) dias no sistema, cujo quantitativo reduziu consideravelmente.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, verifica-se que no primeiro levantamento de dados constavam **399 (trezentos e noventa e nove)** feitos na referida situação, porém, na segunda apuração, o quantitativo aumentou para **583 (quinhentos e oitenta e três)** processos.

Em que pese o MM. Juiz informar que todos os processos constantes no relatório extraído na 1ª Fase da correição foram movimentados pela secretaria, destaca-se que alguns feitos permanecem sem movimentação desde o ano de 2015, como é o caso dos processos: 0014756-53.2012.8.08.0015, 0001080-04.2013.8.08.0015 e 0002039-77.2010.8.08.0015.

Assim, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

No que se refere aos processos em carga externa, o quantitativo subiu de **126 (cento e vinte e seis)** para **155 (cento e cinquenta e cinco)** processos. Desse modo, deve a secretaria proceder a cobrança dos referidos processos, bem como manter o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, compulsando a listagem atualizada, extraída em 28/11/2022, infere-se que **201 (duzentos e um) mandados** encontram-se sem devolução, sendo que alguns já contam com mais de 120 (cento e vinte) dias de distribuição.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 Ao Juiz Designado

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<p><u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;</p> <p><u>Adote</u>, doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;</p>
Processos conclusos há mais de 100 dias	<p><u>Adote</u> as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos inseridos em referida situação;</p> <p><u>Promova</u> o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ;</p>
Metas Nacionais CNJ	<p><u>Monitore</u>, semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento;</p>

Audiências designadas	<u>Fixe</u> como meta o prazo máximo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade.
------------------------------	--

8.2. Ao Chefe de Secretaria

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Processos paralisados há mais de 100 dias	<u>Trabalhe</u> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais, nos termos do artigo 153 do CPC;
Juntada de petições	<u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária; <u>Observe</u> , doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;
Mandados expedidos	<u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados judiciais expedidos, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;
Processos em carga externa	<u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo; <u>Adote</u> , no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;
Cartas precatórias	<u>Observe</u> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante.

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. Ao Juiz Designado

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
Processos físicos	<u>Utilize</u> os atos judiciais dinâmicos (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema e-JUD, evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

9.2. Ao Chefe de Secretaria

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Juntada de petições	<u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
Processos em carga	<u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas;
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual;
Processos aptos ao arquivamento	<u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento "arquivado definitivamente" (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **1ª Vara da Comarca de Conceição da Barra/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações ao Sr. Chefe de Secretaria para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz Designado, por sua vez, foi determinado que adote as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, fixe como meta o prazo máximo de 4 meses para realização das audiências designadas pela Unidade, bem como monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cumho a propiciar seu integral atendimento.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 28 de novembro de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 06/12/2022, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1404896** e o código CRC **7CBEB8DD**.
